

**XVII CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA
MAGISTRATURA DO TRABALHO**

1ª PROVA – ETAPA II

CURITIBA-PR 16/9/2001

DIREITO CONSTITUCIONAL

51. ASSINALE A AFIRMATIVA CORRETA:

I – Uma emenda constitucional, emanada, portanto, do poder constituinte derivado, incidindo em violação à Constituição originária, pode ser declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição.

II – Leis anteriores à Constituição permanecem válidas e eficazes, se regular o processo legislativo que as originou mesmo que com ela incompatíveis.

III – Presume-se a inconstitucionalidade da lei, mesmo quando a violação à Constituição não se apresente manifesta, militando a dúvida contra a validade da lei.

IV – A revogação da lei argüida de inconstitucional não extingue a ação direta, porque não há perda de objeto.

V – Cabe ação direta de inconstitucionalidade contra lei anterior à Constituição em vigor.

- a) Apenas a afirmativa I é correta.
- b) Afirmativas II e III são corretas.
- c) Somente afirmativas IV e V são corretas.
- d) Nenhuma afirmativa é correta.
- e) Todas são corretas.

52. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA: (ANULADA)

I – O preso tem direito à identificação dos responsáveis por seu interrogatório policial.

II – A prisão legal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária.

III – Ninguém será levado à prisão ou nela mantido quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.

IV – O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão.

V – Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

- a) Apenas I e IV estão incorretas.
- b) Apenas V está incorreta.
- c) III e V estão incorretas.
- d) Todas estão incorretas.
- e) Somente II está incorreta.

53. MARQUE A RESPOSTA CORRETA:

I – O jornalista pode manter em sigilo sua fonte de informações.

II – Quem for condenado por um crime, cuja pena a legislação não prevê, cumprirá pena destinada a réu primário, ou seja, 2 (dois) anos.

III – O Estado pode interferir no funcionamento de uma associação.

IV – É permitida qualquer reunião em local aberto ou público, inexistindo, para tal, exigência de qualquer natureza, inclusive paramilitar.

V – A defesa do consumidor na Constituição Federal de 1988 vem expressa em dispositivo que não é auto-aplicável.

- a) I e IV estão corretas.
- b) II e IV estão corretas.
- c) I e V estão corretas.
- d) Somente III está correta.
- e) Nenhuma assertiva está correta.

54. MARQUE A PROPOSIÇÃO CORRETA:

I – O Estado deverá fornecer creches e/ou pré-escolas aos filhos dos trabalhadores urbanos e rurais, desde que aqueles contem com idade até 6 (seis) anos.

II – O repouso obrigatório semanal do trabalhador deve se dar sempre aos domingos.

III – Se consciente por parte do empregador, constitui crime a retenção dos salários.

IV – O trabalhador aposentado terá um sindicato próprio, diverso daquele dos trabalhadores da ativa.

V – A participação dos empregados na gestão da empresa ocorrerá em casos excepcionais, conforme a lei.

- a) I e V apenas estão corretas.
- b) Somente II é correta.
- c) II e IV somente estão corretas.
- d) I, III e V estão corretas.
- e) Somente IV está correta.

55. A PROTEÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO DA MULHER É:

I – Inexistente, pois ela ocupa o mesmo espaço do homem no mundo moderno, sem diferenças de qualquer natureza.

II – Garantida pela Constituição mediante disciplina por lei.

III – Utópica, dependendo de lei regulamentadora.

IV – Inconstitucional, dada a proibição de distinções com relação ao sexo.

V – Somente para mulher menor de idade há esta proteção.

- a) Todas estão incorretas.
- b) Só a I está correta.
- c) Apenas a II está correta.
- d) III e V estão corretas.
- e) Apenas a IV e a V estão corretas.

56. A DELEGAÇÃO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA PARA A LEI DELEGADA SE DARÁ SOB A FORMA DE:

- a) Decreto legislativo.
- b) Decreto presidencial.
- c) Portaria ministerial.
- d) Resolução do Congresso Nacional.
- e) Regulamento.

57. O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO É CONSIDERADO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL COMO SENDO:

- a) Parte integrante do Poder Executivo.
- b) Órgão auxiliar do Congresso Nacional no que se refere ao controle externo.
- c) Órgão do Poder Judiciário, já que Tribunal.
- d) Vinculado diretamente ao Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento fiscalizando contas.

e) Nenhuma das alternativas.

58. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA. PARA SER MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NÃO É NECESSÁRIO: (ANULADA)

- a) Ter mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos.
- b) Ser nomeado pelo Presidente da República após a aprovação pelo Senado Federal.
- c) Ser detentor de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- d) Ter exercido a advocacia de forma ininterrupta pelo prazo de 10 (dez) anos.
- e) Ser brasileiro nato.

59. ASSINALE A AFIRMATIVA CORRETA. PARA J. J. GOMES CANOTILHO, A HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL POSSUI COMO PRINCÍPIO, ENTRE OUTROS:

- a) Princípio do direito social mínimo.
- b) Princípio da unidade das leis ordinárias.
- c) Princípio da força legal e indiciária.
- d) Princípio da justeza ou conformidade funcional.
- e) Princípio do sacrifício legal.

60. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, os Territórios, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição.
- b) Pode-se afirmar que a Constituição Federal de 1988 adotou como forma republicana a Confederação, em que Estados-membros perdem a sua soberania, preservando uma autonomia político-administrativa.
- c) A Constituição Federal de 1988 assegura autonomia aos Estados-membros que se caracteriza pela capacidade de auto-organização, normatização própria, auto-governo e auto-administração.
- d) Os Municípios reger-se-ão por leis orgânicas municipais, votadas em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovadas por dois terços dos membros da Câmara Municipal, submetidas à sanção do Prefeito Municipal.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

61. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda constitucional tendente a abolir: a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais.
- b) A matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada somente poderá ser objeto de nova proposta, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- c) Iniciativa de lei é a faculdade que se atribui a alguém ou a algum órgão para apresentar projetos de lei ao Legislativo, podendo ser parlamentar ou extra-parlamentar e concorrente ou exclusiva.
- d) Entre as atribuições do Tribunal de Contas da União está a de aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
- e) O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público.

62. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) Nossa Constituição Federal adotou o presidencialismo, corporificando na figura do Presidente da República as funções cumulativas de Chefe de Estado nas relações internacionais e a de Chefe de Governo na gerência dos negócios internos, tanto os de natureza política (participação no processo legislativo), como nos de natureza eminentemente administrativa.
- b) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência: o Presidente do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.
- c) A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente.
- d) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga. Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.
- e) O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

DIREITO CIVIL

63. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) A coação é a pressão física ou moral exercida contra alguma pessoa para induzi-la à realização de um negócio jurídico.
- b) A coação exercida por terceiro não anula o negócio jurídico se o outro contratante dela não tiver conhecimento, ou seja, esteja realizando o negócio jurídico com boa-fé.
- c) Nos negócios jurídicos onerosos para a configuração da fraude contra credores há necessidade da ocorrência conjunta do elemento objetivo – *eventus damni* e do elemento subjetivo – *consilium fraudis*.
- d) A fraude contra credores, que causa a anulabilidade do negócio jurídico, deve ser atacada por ação pauliana ou revogatória.
- e) Uma das espécies de simulação apontada pela doutrina é a inocente, a qual é realizada sem a intenção de prejudicar terceiros ou violar a lei, não constituindo defeito do negócio jurídico.

64. CONSIDERANDO AS PROPOSIÇÕES SEGUINTEs, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

I. Na aplicação da lei o juiz utiliza-se da subsunção e da integração. Através da integração o juiz enquadrará o fato concreto à norma abstrata, utilizando-se da interpretação. A subsunção ocorre quando o juiz ao enquadrar o fato concreto encontra lacuna legislativa e para resolução do caso utiliza-se da analogia, dos costumes e dos princípios gerais do direito.

II. A interpretação autêntica é aquela desenvolvida pela doutrina, ou seja, pelos estudiosos do direito, juristas e professores.

III. Ontológica é a interpretação que busca a finalidade da Lei, os seus objetivos.

IV. Teleológica é a interpretação que busca a essência da lei, sua razão de ser.

V. Lata é a interpretação cujo resultado restringe o objeto, por exemplo, na interpretação da palavra “alienar” apenas como “vender”.

- a) Estão corretas todas as proposições.
- b) Estão corretas as proposições I e II.
- c) Estão corretas as proposições III e IV.
- d) Estão corretas as proposições III, IV e V.
- e) Estão incorretas todas as proposições.

65. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) A contagem do prazo para a entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a inclusão da data de publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia seguinte à sua consumação integral.
- b) Considera-se direito adquirido apenas aquele decorrente de um negócio jurídico fundado na lei vigente ao tempo em que foi praticado.
- c) A revogação da lei comporta duas espécies: a ab-rogação ou revogação parcial da lei e a derrogação que é a supressão total da lei.
- d) Uma vez revogada uma lei, não mais retorna à vida, mesmo quando a lei revogadora desaparece, salvo disposição em contrário, pois o direito brasileiro adota o princípio da repristinação das leis.
- e) Recaindo em domingo ou feriado o último dia da contagem da *vacatio legis*, prorrogase o prazo até o dia útil seguinte.

66. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) Residência é o local onde a pessoa habita com a intenção de permanecer, enquanto habitação ou moradia é o local que a pessoa ocupa esporadicamente.
- b) O domicílio compõe-se de dois elementos: o elemento objetivo, que é o local onde a pessoa se fixa, e o subjetivo, consistente na vontade de permanecer com ânimo definitivo.
- c) Domicílio de eleição é o local onde a pessoa escolhe para exercer o seu direito de voto, normalmente coincidente com o local de residência da pessoa física.
- d) O domicílio do itinerante é o local onde for encontrado e o do condenado, o local onde estiver cumprindo a pena.
- e) A pessoa jurídica de direito privado pode ser demandada no domicílio da agência ou estabelecimento em que se praticou o ato.

67. CONSIDERANDO AS PROPOSIÇÕES SEGUINTEs, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- I. Negócios jurídicos neutros são aqueles que não podem ser incluídos na categoria dos onerosos, nem dos gratuitos, pois lhes falta atribuição patrimonial.
- II. Negócios jurídicos bifrontes são aqueles que podem ser onerosos ou gratuitos, segundo a vontade das partes, como o mútuo e o mandato.

III. No ato jurídico em sentido estrito, os efeitos brotam da lei mais do que da vontade das partes, ou seja, os efeitos produzem-se mesmo que não tenham sido previstos ou queridos pelas partes, por isso diz-se que são *ex lege* mais do que *ex voluntate*.

IV. O dolo accidental ou *dolus incidens* não acarreta a anulação do negócio jurídico, obrigando apenas à satisfação das perdas e danos ou a uma redução da prestação convencionada.

V. O dolo praticado por terceiro, sem que o contratante favorecido o saiba, não invalida o negócio jurídico celebrado pelas partes contratantes.

- a) Estão corretas as proposições IV e V.
- b) Estão corretas as proposições II, III, IV e V.
- c) Estão corretas as proposições I, II e IV.
- d) Estão corretas as proposições III, IV e V.
- e) Estão corretas todas as proposições.

68. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA.

Caberá a consignação em pagamento:

I) se o credor, sem justa causa, recusar a receber o pagamento, ou dar quitação na devida forma.

II) Se o credor não for, nem mandar receber a coisa no lugar, tempo e condições devidas.

III) Se ocorrer dúvida sobre quem deva legitimamente receber o objeto do pagamento.

IV) Se pender litígio sobre o objeto do pagamento.

V) Se houver concurso de preferência aberto contra o credor ou se este for incapaz de receber o pagamento.

- a) Estão corretas as proposições I, III e IV.
- b) Estão corretas as proposições II e III.
- c) Estão corretas as proposições IV e V.
- d) Estão corretas as proposições I, II, III e IV.
- e) Estão corretas todas as proposições.

69. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA. QUANTO AOS JUROS DE MORA.

- a) Os juros não convencionados não podem ultrapassar a taxa de 12% (doze por cento) ao ano.

- b) A taxa de juros moratórios, quando não convencionada, será de seis por cento ao ano.
- c) A cobrança de juros de seis por cento ao ano exige convenção expressa.
- d) As letras “a” e “c” estão corretas.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

70. EM RELAÇÃO AOS CONTRATOS DE COMODATO E MÚTUO, É CORRETO DIZER:

- a) que comodato é o empréstimo de coisa imóvel. O mútuo é empréstimo de coisa móvel.
- b) O comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis. O mútuo é o empréstimo de coisas fungíveis.
- c) O mútuo não transfere o domínio da coisa emprestada ao mutuário.
- d) O comodato é o empréstimo de coisa móvel. O mútuo o empréstimo de coisa imóvel.
- e) As letras “c” e “d” estão corretas.

71. EM RELAÇÃO À PROCURAÇÃO, É CORRETA A SEGUINTE AFIRMAÇÃO:

- a) na procuração para o foro em geral está inserido o poder de transigir.
- b) A procuração para o foro em geral não confere os poderes para atos que os exijam especiais.
- c) a procuração para o foro em geral confere os poderes para atos que os exijam especiais.
- d) As alternativas “a” e “c” estão corretas.
- e) As alternativas “a” e “b” estão erradas.

72. EM RELAÇÃO À FIANÇA, É CORRETO AFIRMAR QUE:

- a) a fiança dar-se-á por escrito e não admite interpretação extensiva.
- b) De acordo com o novo ordenamento constitucional, a fiança de pessoas casadas não exige a outorga uxória.

- c) **Por todos os meios de prova se pode demonstrar a existência do contrato de fiança.**
- d) **Corretas as alternativas “b” e “c”.**
- e) **Corretas as alternativas “a”, “b” e “c”.**

73. ASSINALAR A ALTERNATIVA CORRETA.

Para sabermos se um ato jurídico é válido devemos analisar:

- I Se quem o praticou tinha capacidade.**
 - II Se seu objeto era lícito.**
 - III Se a forma foi prevista ou não proibida por lei.**
 - IV Se na declaração da vontade se atendeu mais ao sentido literal da linguagem que sua intenção.**
- a) **I e IV estão corretas.**
 - b) **II, III e IV estão corretas.**
 - c) **I e III são incorretas.**
 - d) **Apenas a IV está incorreta.**
 - e) **Todas alternativas são incorretas.**

74. SÃO NULOS OS ATOS JURÍDICOS:

- I – Quando praticados por pessoa absolutamente incapaz.**
 - II – Que têm seu efeito negado por lei.**
 - III – Que sejam praticados com inobservância de alguma solenidade que a Lei considere essencial para sua validade.**
 - IV – Que sejam praticados em fraude contra credores.**
- a) **I e III estão corretas.**
 - b) **I e IV estão incorretas.**
 - c) **Apenas a IV esta incorreta.**
 - d) **Todas as alternativas são incorretas.**
 - e) **Todas as alternativas estão corretas.**

75. EM RELAÇÃO À PRESCRIÇÃO E À DECADÊNCIA É CORRETO AFIRMAR QUE:

- I) **Ambas não se confundem, apesar de passíveis de suspensão, pois, na prescrição ocorre a perda do direito de ação e na decadência, a perda do direito material.**
 - II) **Ocorre interrupção de prescrição na propositura de ação de evicção, computando-se o tempo já transcorrido antes da causa que a motivou.**
 - III) **A decadência é oponível “erga omnes”, enquanto a prescrição não é oponível a certas pessoas, como menores de 16 anos e portadores de doença mental.**
 - IV) **São requisitos da prescrição e da decadência a inércia do titular de um direito e o decurso do tempo para o exercício desse mesmo direito, sendo que a decadência pode ser declarada “ex officio” pelo juiz.**
- a) **I e IV estão incorretas.**
 - b) **II e IV estão corretas.**
 - c) **III e IV estão corretas.**
 - d) **Todas as alternativas estão corretas.**
 - e) **Nenhuma das alternativas está correta.**

76. ASSINAR A ALTERNATIVA CORRETA.

I – O começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e o direito de família são determinados pela lei do país em que a pessoa for residente.

II – A incapacidade absoluta para os menores poderá cessar por concessão do pai ou da mãe e por sentença do juiz, ouvido o tutor.

III – Os pródigos e silvícolas são absolutamente incapazes para certos atos ou à maneira de os exercer.

IV – Acaba a menoridade, ficando habilitado para todos os atos da vida civil aquele que completa 21 anos, contrai matrimônio ou cola grau científico em curso superior.

- a) **I e IV estão corretas.**
- b) **II e IV estão incorretas.**
- c) **II e III estão corretas.**
- d) **Só IV está correta.**
- e) **Todas as alternativas estão corretas.**

77 – PESSOA JURÍDICA.

Em relação às sociedades civis, religiosas, morais, científicas ou literárias é correto afirmar que são:

- a) **Pessoas jurídicas de direito natural.**

- b) Pessoas jurídicas de direito público.
- c) Pessoas jurídicas de direito privado.
- d) Pessoas jurídicas de direito misto.
- e) Pessoas jurídicas de direito alternativo.

DIREITO COMERCIAL

78. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA. EM MATÉRIA FALIMENTAR É CORRETO AFIRMAR QUE:

- a) Crédito quirografário tem preferência em relação ao crédito hipotecário.
- b) Crédito decorrente de acidente do trabalho tem preferência em relação ao crédito trabalhista.
- c) Crédito tributário tem preferência apenas em relação ao crédito trabalhista e ao crédito decorrente de acidente do trabalho.
- d) Os créditos com direitos reais de garantias têm preferência em relação aos créditos trabalhistas.
- e) Crédito tributário tem preferência sobre todos os créditos.

79. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA. É COMPETENTE PARA DECLARAR A FALÊNCIA O JUIZ DO LOCAL:

- a) onde o devedor tem o seu principal estabelecimento ou casa filial de outra situada fora do Brasil.
- b) Onde o devedor for encontrado.
- c) Onde o sócio-gerente da pessoa jurídica tem o seu domicílio.
- d) Onde o devedor mantenha qualquer tipo de atividade.
- e) Onde o devedor contraiu a obrigação que acabou redundando em processo falimentar.

80. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA. A PRESCRIÇÃO EXTINTIVA DE CRIME FALIMENTAR É DE:

- a) 1 (um) ano.
- b) 2 (dois) anos.
- c) 3 (três) anos.

- d) 4 (quatro) anos.
- e) 5 (cinco) anos.

81. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA. O PRAZO PRESCRICIONAL ALUSIVO À QUESTÃO ANTERIOR COMEÇA A FLUIR:

- a) Da data em que transitar em julgado a sentença que declarar a falência.
- b) Da data em que for julgar cumprida a concordata.
- c) Da data em que algum credor tomar conhecimento de fato que possa ser enquadrado como crime falimentar.
- d) Da data em que o Ministério Público tomar conhecimento de fato que possa ser enquadrado como crime falimentar.
- e) Estão corretas as alternativas “a” e “b”.

82. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA. A SENTENÇA QUE DECLARAR A FALÊNCIA:

- a) Impede que o sócio-gerente da sociedade falida participe de nova sociedade, até que aquela se reabilite.
- b) Impõe que o falido indique o nome do contador ou guarda-livros encarregado da escritura dos seus livros comerciais.
- c) Impõe ao falido que somente se ausente do lugar da falência com expressa autorização do juiz
- d) Impõe que o falido auxilie o síndico com zelo e lealdade.
- e) Impõe ao falido a obrigação de examinar e dar parecer sobre as contas do síndico.

83. É CORRETO AFIRMAR QUE A TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA PODE SER APLICADA QUANDO:

- a) Os administradores atuam com abuso de poder;
- b) Os administradores agem com excesso de poder;
- c) Os administradores desvirtuam a função da pessoa jurídica;
- d) Os administradores agem com abuso e excesso de poder;

e) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

84. MMXX É UMA SOCIEDADE DE QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA. UM DE SEUS SÓCIOS FOI EXCLUÍDO DO CONTRATO SOCIAL, MEDIANTE DELIBERAÇÃO DOS DEMAIS. ESSE ATO PODE SER DEVIDAMENTE REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL SOMENTE SE:

- a) o ato de exclusão for referendado judicialmente;
- b) o contrato social não contiver cláusula restritiva do ato de exclusão e tiver sido indicado o justo motivo;
- c) o sócio excluído não se manifestar no prazo de 10 dias, contados da comunicação da exclusão;
- d) houver sido feita a apuração de haveres do sócio excluído;
- e) houver publicidade da exclusão, em jornal de grande circulação.

85. AS REPARAÇÕES DOS DANOS MATERIAIS CAUSADOS EM VIRTUDE DO ABUSO DE PODER DO ACIONISTA CONTROLADOR, NA SOCIEDADE ANÔNIMA, SÃO DE DUAS ESPÉCIES: 1) AÇÃO JUDICIAL DE ANULAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS CONTRA A FINALIDADE DA EMPRESA, OU EM PREJUÍZO DESTA OU, AINDA, EM PREJUÍZO DE TERCEIROS, 2) E A AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS. APONTE A ALTERNATIVA QUE REPRESENTA, CORRETA E RESPECTIVAMENTE, OS PRAZOS PRESCRICIONAIS:

- a) três e quatro anos;
- b) dois e cinco anos;
- c) dois e seis anos;
- d) três e um ano;
- e) dois e três anos.

86. NA SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, É CORRETO AFIRMAR:

- a) Os sócios sempre são responsáveis solidariamente pelas dívidas da sociedade, mesmo que o capital social esteja integralizado;
- b) O sócio-gerente é solidariamente responsável pelas dívidas da sociedade quando o capital social já estiver integralizado;
- c) Enquanto não integralizado o capital social, os sócios são solidariamente responsáveis pela integralização do mesmo;

- d) Os sócios de boa-fé não respondem pelas dívidas da sociedade independentemente da integralização do capital social;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

87. O DIREITO DE SIGILO DOS LIVROS COMERCIAIS PODE SER QUEBRADO:

- a) apenas em demanda judicial que envolva os interesses da União;
- b) apenas quando a demanda judicial envolver, pelo menos, dois comerciantes;
- c) quando houver falência ou concordata;
- d) se houver requerimento administrativo assinado pelo interessado;
- e) apenas quando houver crime fiscal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

88. ASSINALE AS PROPOSIÇÕES CORRETAS:

I – É possível afirmar que são requisitos do ato administrativo (elementos e pressupostos) competência, finalidade, forma, motivo, objeto e causa, além daqueles intuídos pelo artigo 2º e respectivo parágrafo da Lei 4.717/65 (Lei de Ação Popular).

II – A perfeição do ato administrativo não se confunde com a validade nem com a eficácia, embora seja pressuposto inafastável tanto de uma como de outra.

III – Classificam-se os atos administrativos, quanto ao grau de liberdade para a administração pública decidir, em simples e complexos.

IV – Somente à Administração Pública se reconhece competência para revogar ato administrativo que praticou.

V – Autorização é ato vinculado e licença, ato discricionário.

- a) Proposições IV e V estão incorretas.
- b) I e III estão corretas.
- c) I, II e IV estão corretas.
- d) III apenas está correta.
- e) I e III estão incorretas.

89. É CORRETO AFIRMAR:

I – O exame da justiça ou não do ato administrativo que aplicou a pena de demissão ao servidor foge do âmbito da competência do Poder Judiciário, ao qual incumbe examinar a legalidade da pena imposta.

II – A extinção do cargo do servidor e a declaração de sua desnecessidade decorrem de juízo de conveniência e oportunidade formulado pela Administração Pública, prescindindo de lei ordinária que as discipline.

III – A proibição de acumular cargos estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo poder público.

IV – Os atos de improbidade administrativa importarão em suspensão de direitos políticos, perda de função pública, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, na graduação prevista em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

V – É assegurado o direito de regresso pelas pessoas jurídicas de direito público contra seus agentes, nos casos em que, por dolo ou culpa, causarem danos a terceiros.

- a) Somente a proposição V é correta.
- b) Somente as proposições IV e II são corretas.
- c) Apenas as proposições I e III são corretas.
- d) Todas as proposições são corretas.
- e) Apenas a proposição V é incorreta.

90. É CORRETO AFIRMAR QUE O SERVIDOR PÚBLICO EM EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO FEDERAL, ESTADUAL OU DISTRITAL:

- a) Perceberá sempre as duas remunerações.
- b) Poderá acumular as remunerações, se houver compatibilidade de horários.
- c) Será demitido do cargo de servidor público.
- d) Ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.
- e) Deverá optar entre a remuneração do mandato eletivo e a remuneração do cargo efetivo.

91. EM QUALQUER CASO QUE EXIJA O AFASTAMENTO PARA O EXERCÍCIO DO MANDATO ELETIVO, O TEMPO DE SERVIÇO DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO SERÁ CONTADO PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS, EXCETO PARA:

- a) Promoção por antigüidade.
- b) Aposentadoria.
- c) Licença-prêmio.
- d) Promoção por merecimento.
- e) Nenhuma das alternativas.

92. REVOGADO UM ATO ADMINISTRATIVO, A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DEVE:

- a) desconsiderar todos os efeitos decorrentes do ato;

- b) considerar os efeitos já produzidos;
- c) reconhecer que o mesmo não produziu qualquer efeito válido;
- d) desconsiderar apenas determinados efeitos, em nome do interesse público;
- e) exigir manifestação judicial para determinar-se o alcance do fato.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

93. ASSINALE A ASSERTIVA INCORRETA:

- a) A seguridade social compreende um conjunto de ações, de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- b) São objetivos da seguridade social, dentre outros, a universalidade da cobertura e do atendimento, seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços e equidade na forma de participação no custeio.
- c) Toda a sociedade, de forma direta e indireta, financia a seguridade social.
- d) Compete ao Sistema Único de Saúde, além de outras atribuições, ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde, incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico e colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.
- e) Qualquer pessoa poderá participar dos benefícios da Previdência Social, independentemente de idade e contribuição na forma dos planos previdenciários.

94. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) O dirigente sindical mantém, durante o exercício do mandato eletivo, o mesmo enquadramento no Regime Geral de Previdência Social – RGPS de antes da investidura.
- b) É segurado obrigatório da Previdência Social o empregado que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, exceto como diretor empregado.
- c) Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuição, o segurado facultativo até 6 (seis) meses após a cessação das contribuições.
- d) O cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido, são beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado.
- e) A empresa deverá comunicar o acidente do trabalho à Previdência Social até o 1º (primeiro) dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato, à

autoridade competente, sob pena de multa variável entre o limite mínimo e o limite máximo do salário-de-contribuição, sucessivamente aumentada nas reincidências, aplicada e cobrada pela Previdência Social.

95. OCORRENDO INADIMPLEMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DEVIDAS POR SOCIEDADE DE CAPITAL LIMITADO, A RESPONSABILIZAÇÃO PELOS DÉBITOS DEVERÁ SER DIRIGIDA:

- a) à pessoa jurídica da sociedade, apenas;
- b) à pessoa jurídica da sociedade e, subsidiariamente a todos os sócios;
- c) à pessoa jurídica da sociedade e, solidariamente, a todos os sócios;
- d) à pessoa jurídica da sociedade e, solidariamente, ao sócio-gerente;
- e) à pessoa jurídica da sociedade, solidariamente ao sócio-gerente e, subsidiariamente aos demais sócios;

DIREITO PENAL

96. COM REFERÊNCIA AOS CRIMES CONTRA O HONRA, É INCORRETO AFIRMAR:

- a) Não constitui injúria a opinião desfavorável da crítica artística ou literária.
- b) A difamação consiste na imputação de fato ofensivo à reputação da vítima; a injúria pode consistir em violência ou vias de fato.
- c) A calúnia versa sobre fato criminoso, enquanto a injúria ofende a dignidade ou decoro da vítima.
- d) Não é crime a injúria ou difamação irrogada em juízo pela parte ou seu procurador.
- e) Os crimes de calúnia e difamação só se consumam quando terceira pessoa toma conhecimento da imputação.

97. INDIQUE A ALTERNATIVA CORRETA, ACERCA DO CRIME DE FURTO:

- a) O furto pode ser praticado com violência ou grave ameaça.
- b) Não se considera agravante a prática de furto durante o repouso noturno.
- c) A “res furtiva” não precisa ter valor econômico.
- d) O furto simples não é considerado crime afiançável.
- e) O furto cometido por duas ou mais pessoas é qualificado.

98. ASSINALE A PROPOSIÇÃO CORRETA:

I – O crime, sendo uma ação típica, ilícita e culpável, compõe-se de quatro elementos: a ação, a tipicidade, a ilicitude e a culpabilidade.

II – Em relação aos crimes unissubsistentes, a tentativa não é admitida e a consumação caracteriza-se com a ação do agente.

III – Crime de mão própria são aqueles que não exigem um resultado externo à ação do agente ativo.

IV – Território nacional para aplicação da lei penal quer dizer “extensão do território”, no qual se incluem os navios e aviões públicos, onde se encontrem, e os navios e aviões que se encontrem fora do espaço aéreo de qualquer país ou em alto mar.

- a) I e III são corretas.
- b) II e III são incorretas.
- c) Apenas III é incorreta.
- d) Nenhuma das alternativas está correta.
- e) todas as alternativas estão corretas.

DIREITO INTERNACIONAL

99. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) É possível o tratado internacional - porque compromissa o Brasil perante a comunidade internacional - incorporar-se ao Direito positivo interno, ainda que colidindo com o texto constitucional, porque se situam no mesmo nível hierárquico.
- b) O tratado revoga as leis que lhe são anteriores, podendo ser revogado pelas posteriores, se estas o fizerem expressamente ou se o denunciarem.
- c) A competência para celebrar tratados e convenções internacionais apresenta-se concorrente: do Presidente da República e do Procurador-Geral da República.
- d) As recomendações adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho não criam qualquer obrigação para os Estados-membros da OIT, porque não são suscetíveis de ratificações com a conseqüente integração das correspondentes disposições no direito positivo.
- e) Todas as alternativa estão corretas.

100. OS TRATADOS OU CONVENCÕES INTERNACIONAIS, UMA VEZ EM VIGOR, TÊM VIGÊNCIA INDETERMINADA. NO ENTANTO, AS RATIFICAÇÕES DOS INSTRUMENTOS PODEM, PELOS SIGNATÁRIOS, RECEBER DENÚNCIA APÓS QUE PRAZO ?

- a) um ano;
- b) cinco anos;
- c) dez anos;
- d) três anos;
- e) quinze anos;